

Carta ao Leitor

Prezado leitor,

O Tribunal de Contas da União une-se aos esforços da Organização das Nações Unidas (ONU) para ampliar a divulgação de um tema essencial aos debates sobre o futuro do nosso Planeta. Trata-se da “**Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**”, compromisso assumido com a participação de chefes de Estado e de Governo de 193 países.

De acordo com a ONU, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável busca fortalecer a paz universal, com mais liberdade. Para tanto, foram traçados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas integradas e indivisíveis, que, durante os próximos 15 anos, irão estimular áreas de grande relevância para a humanidade.

A implementação, entretanto, de tais Objetivos requer uma parceria global com a participação ativa de governos, da sociedade civil, do setor privado e da academia. Entre esses atores, as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), considerando a sua posição nos sistemas nacionais e os mandatos de que dispõem, podem contribuir efetivamente para o alcance dessa agenda global.

Não foi por outra razão que a ONU, objetivando maximizar os esforços dos governos, tem buscado apoio dos entes de controle para auxiliá-la no atingimento dos ODS, que incluem um conjunto de metas para orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos 15 anos, sucedendo e atualizando os propósitos de desenvolvimento do milênio.

Para Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), as EFS deverão buscar garantir, por intermédio de trabalhos de auditoria, monitoramento e avaliação, o progresso do desenvolvimento sustentável e inclusivo de pessoas e regiões.

Nesse sentido, iniciativas importantes já estão sendo desenvolvidas no âmbito dessa Organização, com vistas a contemplar os 17 Objetivos e as correspondentes metas nos trabalhos de fiscalização das EFS e, para tanto, possibilitar a transformação desses em realidade. Entre essas ações, tem-se medidas para assegurar a confiabilidade dos dados produzidos pelos diversos órgãos de governo, auditoria de desempenho com foco nos programas governamentais que dialogam com os objetivos e as metas fixados, e apoio à implementação do ODS 16, que abrange a paz, a justiça e a manutenção de instituições eficazes.

O Tribunal de Contas da União (TCU), como membro da Intosai, está inteiramente alinhado com esse propósito capitaneado pela ONU. Nesse contexto, tem adotado iniciativas estratégicas para acompanhar e monitorar as ações governamentais e avaliar a coerência da execução dos programas federais com o compromisso de crescimento sustentável assumido pelo Governo brasileiro perante as Nações Unidas e os demais países.

Para bem cumprir essa importante missão, o Tribunal tem utilizado novas formas de auditoria, com o emprego de modernos métodos de fiscalização e inovações tecnológicas. Por meio de técnicas avançadas de análise e de cruzamento de dados, o TCU pode estabelecer com precisão os riscos



Aroldo Cedraz de Oliveira

é ministro do Tribunal de Contas da União e supervisor do Conselho Editorial da Revista do TCU.

orçamentários e na execução dos grandes projetos e, ao final, produzir informações mais amplas e consistentes em relação às políticas públicas.

Em termos práticos, o Tribunal tem implementado outras medidas importantes, a exemplo do Guia de Auditoria, elaborado em parceria com a Iniciativa para o Desenvolvimento da Intosai (IDI), que tem por objetivo apresentar metodologia para que as EFS avaliem a preparação dos governos nacionais para a implementação dos ODS, de forma a comunicar aos diferentes atores a evolução da Agenda estabelecida pelos países-membros da ONU.

Foi elaborado, também, o *Framework* de comunicação de resultados de auditorias operacionais em temas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a ser utilizado no âmbito da Intosai. Esse material poderá ser empregado como ferramenta por meio da qual esta Organização possa dar ciência às Nações Unidas dos progressos e dos desafios em relação aos objetivos selecionados, agregando de forma estruturada os resultados de auditorias realizadas pelas EFS em níveis regional e global.

Adotou-se, ainda, de forma pioneira no planejamento anual de fiscalização do Tribunal a conexão das ações de controle a cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, 146 das fiscalizações previstas para serem realizadas no exercício de 2016 estão diretamente relacionadas aos ODS. Para 2017, espera-se que 30% de todo esforço de fiscalização desta Corte de Contas inclua temas vinculados a tais Objetivos.

O TCU tem-se feito, também, presente nos fóruns internacionais mais relevantes, realizados com o propósito de examinar a questão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, participou do 3º *Global Audit Leadership Forum* (GALF), conduzido pela Intosai, na cidade de Durnstein, Áustria, o qual teve por objeto discutir o papel das Entidades Fiscalizadoras Superiores na implementação dos ODS. De igual sorte, esteve presente no 1º Encontro dos Líderes das Entidades de Fiscalização Superior dos Países membros do Grupo dos Brics, cujo tema foi o papel das EFS na verificação da aderência das políticas públicas nacionais de cada Nação aos Objetivos definidos pela ONU. Por fim, participou da reunião do High-level Political Forum on Sustainable Development 2016, realizada pelas Nações Unidas, em Nova York, EUA, oportunidade em que foi reconhecido como ator importante nos esforços desenvolvidos para o alcance dos ODS, atuando no monitoramento das ações de implementação de tais Objetivos no âmbito nacional.

Mais recentemente, o Tribunal, ao hastear a bandeira dos ODS em sua Sede, em Brasília, reforçou o seu compromisso em trabalhar pelo bem comum e fez um convite ao setor privado, às demais instituições públicas e à sociedade como um todo para que abracem a agenda pela sustentabilidade.

Merece destaque, a propósito da temática desta edição da Revista do TCU, a entrevista concedida pelo Senhor Khalid Hamid, Diretor Executivo na Corte de Contas dos Emirados Árabes Unidos, na qual ele compartilha essa mesma visão do Tribunal, a respeito da importância dos ODS para o desenvolvimento da humanidade e da grande contribuição que as Entidades Fiscalizadoras Superiores podem oferecer na consecução de tais Objetivos. Conforme pode ser visto da sua manifestação, está-se diante de um mecanismo que pode ajudar a melhorar a vida dos cidadãos e que vai influenciar na definição das prioridades e das estratégias das instituições de controle.

Os artigos que compõem esta edição da Revista do TCU confirmam a relevância da temática ora abordada e demonstram que o desenvolvimento sustentável vai muito além de cuidados com o meio ambiente. A leitura desses trabalhos não deixa dúvidas de que se está diante de questão complexa, que abrange áreas, como inclusão digital, governança e licitações, para citar apenas algumas.

Ao mesmo tempo em que se reconhece a elevada contribuição de cada um dos oito articulistas que compartilham as suas obras com os leitores, destaca-se a valiosa colaboração do Senhor Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União e supervisor da Política de Acessibilidade no TCU, Sergio Ricardo Costa Caribé. No artigo "*Reflexões sobre a governança na política pública para a promoção dos direitos da pessoa com deficiência*", o eminente Procurador, ao tratar da inclusão social da pessoa com necessidades especiais, demonstra a inegável importância desse tema, tanto no Brasil como em outros países, a ponto de essa questão está presente em diversos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Boa Leitura!